

Primavera Estudantil e o Movimento de Ocupações (2015-2016): uma Revisão Narrativa da Literatura

Student Spring and the Occupy Movement (2015-2016): a Narrative Literature Review

Fernanda de Lima Oliveira^{*a}; Raphael Alves Feitosa^a

^aUniversidade Federal do Ceará, Departamento de Biologia, CE, Brasil.

*E-mail: fernandalimaoliver02@alu.ufc.com

Resumo

Apesar de sua grande relevância no contexto da educação brasileira, a Primavera Estudantil, movimento como ficou conhecida as ocupações escolares nos anos de 2015 e 2016, ainda carece de um panorama mais sistemático sobre as publicações vinculadas. Tendo isso em vista, o presente artigo tem o objetivo de analisar as publicações em periódicos que coligam a questão da auto-organização das instituições escolares, do movimento estudantil e das ocupações estudantis dos anos de 2015 e 2016. Para a construção desta revisão narrativa foram realizadas buscas por trabalhos publicados em língua portuguesa acerca do tema no Portal de Periódicos CAPES, SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores pedagogia das ocupações, primavera estudantil, ocupações de escolas, ocupação de universidade e movimento estudantil. Os resultados apontam para a identificação de 25 artigos ao todo, publicados entre os anos de 2016 e 2021, com 21 trabalhos voltados para o movimento estudantil na educação básica, principalmente em instituições na região Sudeste. No que tange o conteúdo dos artigos, muitos voltaram-se a detalhar a relevância do movimento em questão para a educação brasileira e na descrição da auto-organização realizada pelos estudantes. Observa-se uma escassez de publicações voltadas para a educação superior e também com o foco em instituições nas regiões Centro-Oeste e Norte. Torna-se importante a continuidade de estudos e publicações acerca do tema, demonstrando seus impactos na sociedade na educação atual. Por fim, espera-se que o presente trabalho contribua para a organização de um panorama mais sistêmico sobre a temática da Primavera Estudantil.

Palavras-chave: Ocupações estudantis. Movimento Estudantil. Auto-Organização.

Abstract

It is great relevance in the context of Brazilian education, Student Spring demonstrations, the movement as the school occupations in 2015 and 2016 became known, still lacks a more systematic overview of the publications linked to it. With this in mind, the present article aims to analyze the publications in journals that link the issue of self-organization of school institutions, the student movement, and the student demonstrations in the years 2015 and 2016. To construct this narrative review, searches were conducted for works published in Portuguese about the theme in the Portal de Periódicos CAPES, SciELO and Google Scholar, using the descriptors pedagogy of occupations, student spring, school occupations, university occupation and student movement. The results point to the identification of 25 articles, published between the years 2016 and 2021, with 21 texts focused on the student movement in basic education, mainly in institutions in the Southeast region. Regarding the content of the articles, many focused on detailing the relevance of the movement in question for Brazilian education and on describing the self-organization carried out by students. There is a scarcity of publications aimed at higher education and also focusing on institutions in the Midwest and North regions. It becomes important to continue studies and publications on the theme, demonstrating its impacts on society and on current education. Finally, it is hoped that this work will contribute to the organization of a more systemic panorama on the theme of the Student Spring.

Keywords: Student Occupations. Student Movement. Self-Organization.

1 Introdução

A participação do alunado nas instituições educativas brasileiras vem sendo criticado nos últimos anos devido a sua postura passiva e falta de engajamento com seus pares e com os educadores (CARBOGIM *et al.*, 2019). Certamente, são inúmeros os aspectos que têm colaborado para esse diagnóstico, indo desde aspectos subjetivos e individuais, passando por sociais e culturais, e indo até as vistas do estrutural/sistêmico (MIORANDO; LEITE, 2019).

O movimento estudantil no Brasil, tem sido visto como importante na superação deste quadro de passividade

(BARBOSA, 2008; UBES, 2017). Benevides (2006) mostrou que o tema possui ampla diversidade ideológica, de luta, de demandas (sociais, políticas, culturais) e de organização, sendo um dos pontos primordiais da juventude, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. O movimento surgiu em território nacional nos anos 30, porém, ganhou força na década de 60, devido ao contexto socioeconômico e político da época, época em que foi ponto de resistência em meio ao contexto antidemocrático nas duas décadas de instauração da ditadura civil-militar brasileira (de 1964 a 1984) (BENEVIDES, 2006). Entretanto, como indica Barbosa (2008), duas décadas

desencadearam uma desarticulação no movimento estudantil, que perdurou, inclusive, na década de 90 do século passado.

A partir dos idos de 90, com o crescimento de uma política de caráter globalista e neoliberal, tivemos, como consequência, um aumento do caráter de individualismo da sociedade. Isso, por sua vez, parece ter acarretado uma menor participação das juventudes no movimento estudantil nacional (BARBOSA, 2008). Apesar desse contexto desfavorável, a juventude brasileira voltou a ser alvo de atenção nacional nos anos de 2015 e 2016, através da chamada “Primavera Estudantil”, termo usado pela entidade União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES, 2017) para o movimento de ocupação de escolas, cuja palavra de ordem era “ocupar e resistir”.

As ocupações foram iniciadas em 2015 na capital de São Paulo, em protestos que pediam a revogação da publicação de propostas normativas enviadas pelo governador de São Paulo (Geraldo Alckmin - PSDB), que instituiu uma nova reorganização escolar, a qual acarretaria o fechamento de algumas escolas da rede pública e, conseqüentemente, a realocação de alunos e educadores (PIOLLI *et al.*, 2016; UBES, 2017). Não obstante, o movimento de ocupação se expandiu para outras esferas da federação, aglutinando outras demandas locais e nacionais, sobretudo, a Medida Provisória que propunha uma modificação no Ensino Médio (BRASIL, 2016a) e da Proposta de Emenda Constitucional que limita o investimento público nas áreas prioritárias (BRASIL, 2016b). O mesmo escopo de reivindicações também chegou ao ensino superior, quando algumas universidades foram ocupadas no Brasil no ano de 2016 (GROPPO *et al.*, 2017; HONORATO, 2019a). O movimento estudantil de ocupação se tornou um campo fecundo para a reflexão sobre o protagonismo das juventudes, incluindo a dimensão política e organizativa do alunato junto às instituições escolares (secundária e universitária) (PIOLLI *et al.*, 2016). Ademais, sua organização e desenvolvimento de atividades educativas, sob a tutela dos próprios estudantes, também pode ser chamada de “Pedagogia das ocupações” (HONORATO, 2019a).

Apesar de serem alvos de estudos e pesquisas acadêmicas, o tema das ocupações carece ainda de um panorama mais sistemático sobre as publicações vinculadas ao tema (GROPPO *et al.*, 2017), sobretudo no que tange às ocupações no ensino superior (PIOLLI *et al.*, 2016). Assim sendo, podemos indagar: O que diz a literatura sobre o movimento de Ocupações estudantis de 2016?

A primavera estudantil de 2015-2016 trouxe à tona um novo olhar sobre o protagonismo estudantil e, com ele, uma nova forma de se pensar a organização do alunado nas instituições educativas. O assunto da organização do trabalho/ ensino na escola vem sendo tema de debate nos últimos anos no Brasil, como exposto por Praciano e Feitosa (2020), sendo que o tema é visto de maneiras diversas, que incluem: Teorias Movimento da Auto-organização; Análise sobre o exercício de

participação em equipes interdisciplinares de investigadores; Interpretações críticas sobre o tema.

De modo mais específico, a categoria auto-organização é relevante para uma compreensão mais crítica sobre o tema. Ela pode incluir os aspectos que abarquem os ideais democráticos de gestão escolar (autonomia, participação social e organização política). Notadamente, os estudos sobre o tema da auto-organização carecem de novas incursões investigativas a respeito do assunto, em especial diante de lacunas da literatura que dizem respeito a uma gestão autônoma estudantil (PRACIANO; FEITOSA, 2020). Assim sendo, buscamos referências que agregam ao campo da interpretação crítica sobre o tema, dando foco a uma visão de base materialista e histórica com inspiração na escola do trabalho soviética, como as visões de Krupskaya (2017) e Pistrak (2013, 2018), analisadas por Praciano e Feitosa (2020). Nadejda Konstantínovna Krupskaya (1869-1939) e Moisey Mikhaylovich Pistrak (1888-1940) atuaram no *NarKomPros* (Comissariado Nacional de Educação) da União Soviética, com trabalho intelectual e práxis educativa voltada à educação do povo soviético após a Revolução Bolchevique de 1917.

Isso exposto, o objetivo deste manuscrito é analisar as publicações em periódicos revisados por pares que se coligam a questão da auto-organização das instituições escolares, do movimento estudantil e das ocupações estudantis dos anos de 2015 e 2016. Para dar cabo de tal fim, perfazemos uma revisão de literatura do tipo narrativa, analisando a produção em língua portuguesa a respeito do tema, abrangendo as ocupações no nível básico e superior. Esperamos contribuir para um maior entendimento do tema, proporcionando um panorama sobre as publicações relacionadas, permitindo que interessados na temática possam se valer dessas informações, bem como colaborar para um melhor entendimento do assunto.

2 Desenvolvimento

2.1 Metodologia

Seguindo a breve introdução pelo tema das ocupações estudantis apresentadas na seção anterior, buscamos analisar a literatura que vem sendo publicada na área, com foco nos trabalhos em língua portuguesa. Para atingir esse objetivo, seguimos por uma revisão narrativa de literatura, como descrito por Rother (2007). A meta primordial de uma revisão narrativa é fornecer um panorama das pesquisas primárias disponíveis na literatura que podem contribuir com um determinado tema de investigação.

Os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. As revisões narrativas não informam as fontes de informação utilizadas, a metodologia para busca das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. Constituem, basicamente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor (ROTHER, 2007, p. vii).

Tomamos como guia a indicação metodológica acima e partimos para a incursão na literatura do seguinte modo: (1) Descrevemos o objetivo da pesquisa; (2) Realizamos a pesquisa de artigos com uso de termos/palavras de referência, aqui denominados de descritores; (3) Após a coleta inicial do material bibliográfico, passamos a leitura do resumo e texto dos mesmos, selecionamos os estudos mais relevantes para o tema; (4) Finalmente, apresentaremos no tópico a seguir os resultados desta pesquisa. cabe denotar que os critérios de inclusão foram: 1) artigo publicado em língua portuguesa; 2) presença dos descritores no título e/ou subtítulo do mesmo; 3) por fim, realizamos a leitura do resumo e do texto integral dos artigos, buscando por informações que os coligassem ao objetivo da presente revisão.

Outrossim, é relevante destacar de maneira cristalina os descritores usados na busca por material nos supra indicados portais, a saber: pedagogia das ocupações; primavera estudantil; ocupações de escolas; ocupação de universidade; movimento estudantil. A investigação narrativa aqui exposta foi realizada nos meses de setembro e outubro de 2021.

Como base de pesquisa para a inclusão nos periódicos, utilizamos três portais de referência: Portal de Periódicos Capes (www.periodicos.capes.gov.br), SciELO (<https://www.scielo.br/>) e Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>). O primeiro é relevante fonte de pesquisa, pois é considerado uma ampla biblioteca virtual de publicações, possuindo mais de 36 mil títulos de periódicos disponíveis para consulta, possuindo 130 bases de dados de referências e

resumos para levantamento bibliográfico (ALMEIDA *et al.*, 2010; CENDON; RIBEIRO, 2018). O segundo foi fundado na década de 1990 em território nacional, e ganhou a adesão de outros países da América do Sul, como o Chile (PACKER, 2009). Seu diferencial é uma proposta acessível e gratuita, via meio eletrônico, que conta com mais de uma centena de periódicos de todas as áreas do conhecimento. O terceiro portal usado na presente investigação apresenta uma versão do Google para buscas de informações científicas, tendo basicamente os resultados da pesquisa ordenados com base na relevância dos documentos em relação à estratégia de busca (MUGNAINI; STREHL, 2008).

Em adição a este processo metodológico, após a busca nos três portais supra indicados, passamos a interpretação dos dados encontrados na literatura através de uma análise interpretativa, com base nos autores do aporte teórico-metodológico usado na presente revisão narrativa (ROTHER, 2007).

2.2 Discussão

Após a busca pelos artigos considerados relevantes para investigação, foram considerados os materiais bibliográficos efetivamente afins ao objetivo do presente estudo - artigos publicados em língua portuguesa nos periódicos acadêmicos revisados por pares disponíveis nos três portais pesquisados. Deste modo, encontramos o conglomerado total de 25 artigos relativos, o qual está sintetizado no Quadro 1.

Quadro 1 - Resultado dos trabalhos encontrados na pesquisa nos portais Google Acadêmico, SciELO e Periódicos Capes

Data	Autor	Título do Trabalho	Título do Periódico	Portal de Pesquisa
2016 - Santa Catarina	Silva, Pires e Pereira	Da perfeição perversa da antipolítica de Fora Temer à resistência ativa da ocupação das escolas pelos jovens da Primavera Secundarista.	Revista Motrivivência	Periódicos Capes
2016 - Paraná	Minucelli, Santos e Dombrowski	Ocupaparaná: as ocupações das escolas públicas paranaense em outubro de 2016	Tematicas	Google Acadêmico
2016 - Rio de Janeiro	Macedo, Espindola e Rodrigues	Não é só pelo diploma: as ocupações das escolas e os processos curriculares.	e-Curriculum	Google Acadêmico
2016 - São Paulo	Corti, Corrochano e Silva	Ocupar e resistir: a insurreição dos estudantes paulistas	Educação & Sociedade	SciELO
2016 - São Paulo	Pioli, Pereira e Mesko	A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista	Crítica Educativa	Google Acadêmico
2017 - Rio de Janeiro	Pinheiro	Escolas ocupadas no Rio de Janeiro em 2016: motivações e cotidiano	Revista Iluminuras	Google Acadêmico
2017 - Rio de Janeiro	Marafon	Recusa à judicialização e ao Projeto de Lei Escola Sem Partido: análises a partir das ocupações estudantis	Sisyphus: Journal of Education	Google Acadêmico
2017 - São Paulo	Hayashi, Ferreira Junior e Hayashi	Atuação e resistência dos estudantes secundaristas nas ocupações das escolas públicas paulistas	Argumentos Pró-Educação	Google Acadêmico
2017 - Rio Grande do Sul	Severo e San Segundo	Ocupatadores: socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no Rio Grande do Sul	ETD	Periódicos Capes
2017 - São Paulo	Romancini e Castilho	Como ocupar uma escola? Pesquisa na internet!?: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil	INTERCOM	SciELO
2017 - Minas Gerais	Groppo et al.	Ocupações no Sul de Minas: autogestão, formação política e diálogo intergeracional	ETD -	Periódicos Capes

Data	Autor	Título do Trabalho	Título do Periódico	Portal de Pesquisa
2018 - Rio de Janeiro	Peçanha e Almeida	Fazendo Pedagogia da Autonomia com a Ocupa IEPIC	Perspectiva Sociológica	Google Acadêmico
2018 - Minas Gerais	Morais	Autonomia e experiências sociais: ocupações de escolas públicas na cidade de Uberlândia/MG (2016)	Projeto História	Periódicos Capes
2018 - São Paulo	Rohling, Remenche e Bortolotto	Mídias sociais digitais e narrativas de resistência no espaço escolar	Linguagem em (Dis)curso	SciELO
2019 - Minas Gerais	Morais, Di Sordi e Fávero	Ocupação e contra ocupação de escolas públicas: o caráter político-educativo da mobilização coletiva.	Revista Trabalho Necessário	Periódicos Capes
2019 - Rio de Janeiro	Flach e Boutin	Contribuições para o debate sobre as práticas educativas nas ocupações de escolas públicas	Movimento	Google Acadêmico
2019a - São Paulo	Honorato	Arte e pedagogia das ocupações: emergências da juventude auto-organizada	Revista Educação, Arte e Inclusão	Google Acadêmico
2019b - São Paulo	Honorato	Política das ocupações: emergências da juventude auto-organizada	Temporal - Prática e Pensamento Contemp.	Google Acadêmico
2019 - Paraná	Kuboyama e Cunha	A escola é nossa!: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016	Nera	Google Acadêmico
2019 - Pernambuco	Aragão et al.	Participação política juvenil: produção de sentidos no contexto de ocupações de universidades públicas	Barbarói	Periódicos CAPES
2020 - Rio de Janeiro	Oliveira; Louzada & Santos	Gestão democrática da educação, participação política e eleição de diretores: uma análise a partir da experiência das ocupações de escolas no Rio de Janeiro.	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	Periódicos CAPES
2020 - Paraná	Martins e Larchert	As minorias nos espaços de (re) existência	Brazilian Journal of Development	Google Acadêmico
2020 - São Paulo	Tori, Homma e Fiacadori	Coletivos e o uso das redes: o caso das ocupações das escolas de São Paulo em 2015	Simbiótica	Google Acadêmico
2020 - Minas Gerais	Doro et al.	O movimento estudantil enquanto forma organizacional de luta e resistência: o caso do OcupaUF	Revista Gestão Universitária na América Latina	Periódicos CAPES
2021 - São Paulo	Oliveira, Breder e Fonseca	Acabou a paz! Isto aqui vai virar o Chile!: percursos pedagógicos e resistência nas ocupações estudantis	e-Curriculum	Google Acadêmico

Fonte: dados da pesquisa.

Analisando os dados expostos no Quadro 1, existe predominância de publicações nacionais sobre a temática, já que toda a produção elencada (25 artigos) foi publicada em periódicos do Brasil. Notadamente, a restrição aplicada durante a pesquisa narrativa à língua Portuguesa, como era esperado, privilegiou as publicações brasileiras. Note-se que não foram encontrados artigos oriundos de outros países dessa mesma língua, seja asiática, como Timor-Leste, europeia, como Portugal, tampouco de origem africana (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique ou São Tomé e Príncipe).

É relevante discutir, a partir desse levantamento de literatura contido no Quadro 1, o aspecto cronológico das publicações em periódicos. Como era de se esperar pela ocorrência do movimento de ocupações estudantis, emergido a partir de 2016 no Brasil, esse também foi o ano de estreia da temática em periódicos revisados por pares. Os cinco pioneiros no assunto foram: Corti *et al.* (2016); Macedo *et al.* (2016); Minucelli *et al.* (2016), Piolli *et al.* (2016) e Silva *et al.* (2016). A partir do ano de 2017, a temática ganha corpo e é notório o aumento do número de publicações sobre este

assunto.

Com relação às publicações, podemos analisar os aspectos que envolvem o nível de ensino ou foco da pesquisa, bem como a origem geográfica das investigações. De início, os resultados apontam para um predomínio de trabalhos voltados ao movimento estudantil da educação básica, com 21 publicações. Já no que tange ao ensino superior, encontramos três publicações que focaram neste nível (ARAGÃO *et al.*, 2019; DORO *et al.*, 2020; MARTINS; LARCHERT, 2020). Ademais, elencamos um artigo que discutiu ambos os níveis de ensino, analisando experiências educativas no ensino básico e no ensino superior (GROPPO *et al.*, 2017).

Outrossim, do ponto de vista geográfico, uma análise dessa literatura indica que o movimento de ocupações ocorreu em praticamente todo o território nacional, havendo publicações advindas de várias localidades do Brasil. Neste sentido, a região Sudeste desponta na produção acadêmica do tema, área de origem do movimento de ocupação das escolas secundaristas. O estado de São Paulo é lócus de origem de nove trabalhos (CASTILHO, 2018; CORTI *et al.*, 2016; HONORATO, 2019a, 2019b; HAYASHI *et*

al., 2017; OLIVEIRA *et al.*, 2021; PIOLLI *et al.*, 2016; ROHLING *et al.*, 2018; ROMANCINI; TORI *et al.*, 2020), o estado fluminense de outros seis (FLACH; BOUTIN, 2019; MACEDO *et al.*, 2016; MARAFON, 2021; OLIVEIRA *et al.*, 2020; PEÇANHA; ALMEIDA, 2018; PINHEIRO, 2017) e o mineiro de mais quatro publicações (DORO *et al.*, 2020; GROppo *et al.*, 2017; MORAIS, 2018; MORAIS *et al.*, 2019).

No mesmo íterim geográfico, nossa análise também encontrou cinco artigos provindos da região Sul, mais precisamente três do Paraná (KUBOYAMA; CUNHA, 2019; MARTINS; LARCHERT, 2020; MINUCELLI *et al.*, 2016), um do Rio Grande do Sul (SEVERO; SAN SEGUNDO, 2017) e outro de Santa Catarina (SILVA *et al.*, 2016). Por fim, foi detectado apenas uma publicação oriunda da região Nordeste, fruto de uma pesquisa realizada no estado de Pernambuco (ARAGÃO *et al.*, 2019). Não foi encontrada na literatura comunicações científicas oriundas de estados do Centro-Oeste e Norte do país. Tais achados demonstram que as ocupações foram um movimento nacionalmente relevante e que atingiu, praticamente, todas as regiões geográficas nacionais, indo ao encontro do que já indicaram alguns autores (GROppo *et al.*, 2017; UBES, 2017).

No que tange ao conteúdo intrínseco dessa gama de publicações, vamos analisar, brevemente, o conteúdo dos achados que se ligam ao movimento de ocupações nas instituições de educação básica, seguindo por uma ordem cronológica. Dentre as publicações pioneiras que falaram sobre as ocupações secundaristas, temos os trabalhos de Silva, Pires e Pereira (2016), Minucelli, Santos e Dombrowski (2016), Macedo, Espindola e Rodrigues (2016), Corti, Corrochano e Silva (2016), bem como o de Piolli, Pereira e Mesko (2016). O primeiro deles destacou que as ocupações serviram como um ato “[...] de resistência contra o neoconservadorismo e lógica neoliberal, que ameaçam às políticas públicas, sociais e educacionais” (SILVA *et al.*, 2016, p.10). Esses autores ressaltam o tema da organização coletiva das ocupações analisadas, indicando que elas tinham um caráter propositivo, isto é, um *modus operandi* de resistir que procura ultrapassar resistência passiva - o âmbito do direito de apenas discordar. Esse tipo de organização (resistência ativa), permite aos participantes ir formulando e apresentando alternativas concretas “[...] de mudança social, política e econômica [...] e representa uma possibilidade de reverter à situação, pelo conteúdo e pela forma de mobilização” (SILVA *et al.*, 2016, p.10).

Analisando tal perspectiva, é importante destacar que, tradicionalmente, a literatura ligada ao tema da auto-organização escolar se liga sobremaneira à ação docente e da gestão, deixando lacunas no que tange a organização do alunado (PRACIANO; FEITOSA, 2020). Já o escopo dos trabalhos vinculados ao movimento aqui analisado se contrapõe a esta tendência, uma vez que a capacidade de auto-organização dos estudantes foi um elemento de destaque

nas ocupações, cujos relatos indicam que o alunado passou a considerar o espaço escolar como o seu espaço.

Já no de Minucelli, Santos e Dombrowski (2016) são analisadas aspectos da operacionalização da organização de algumas ocupações no estado do Paraná. Após a articulação inicial dos estudantes para o processo de ocupação, normalmente feito por meio de redes sociais, é iniciada a ocupação propriamente dita, momento ao qual os poderes formais instituídos eram suspensos e novas relações eram estabelecidas entre os ocupantes. Dentre as medidas primárias adotadas pelos participantes era “[...] constituir comissões autogeridas, responsáveis pela execução de atividades essenciais como segurança, ações pedagógicas e culturais, cozinha, limpeza, comunicação, mobilização etc.” (MINUCELLI *et al.*, 2016, p.265). Dentro dessas comissões, as tarefas práticas eram divididas entre os estudantes, porém com manutenção de sua unidade política, sobretudo, quando, diariamente, os participantes se reuniam para analisar o desenvolvimento da conjuntura e deliberar em grupo sobre os rumos e ações da ocupação.

O manuscrito de Macedo, Espindola e Rodrigues (2016), analisou ocupações cariocas, as quais os ocupantes deixaram claro, em seus discursos, a mudança de visão em torno de seus papéis, saindo de sujeitos passivos para o de protagonistas da luta política e de aspectos da escola, incluindo “[...] o planejamento, a organização e realização das atividades, assim como dos espaços coletivos.” (MACEDO *et al.*, 2016, p.1367).

Seguindo o mesmo íterim, os trabalhos de Corti, Corrochano e Silva (2016), bem como o de Piolli, Pereira e Mesko (2016), também destacaram a organização interna desse movimento, caracterizando-os como espaço-tempo de autogestão dos próprios estudantes. O primeiro afirmou que as ocupações privilegiavam o debate democrático entre seus integrantes e de suas comissões. O segundo denotou como característica do movimento de ocupação uma crítica ao trabalho que segrega concepção e execução, trabalho intelectual e trabalho manual, uma vez que os estudantes faziam sua autogestão, labor que não se tratava “[...] apenas de trabalho, pois a realização das atividades significavam a apropriação do espaço físico da escola e dedicação à beleza do lugar em que se passa tempo considerável do cotidiano, como demonstraram os mutirões de retirada de entulhos, de pintura da escola e manutenção de jardins.” (PIOLLI *et al.*, 2016, p.25).

Trazendo para a essa discussão os aspectos apresentados pelos representantes da pedagogia soviética, comungamos com a ideia de que a escola deve articular o trabalho humano como um princípio educativo, apontando o labor como fundamento para que a juventude possa ter um desenvolvimento pleno (ou politécnico). Para Krupskaya (2017, p.115), a auto-organização escolar deve superar a simples escolha de representantes do alunado, “[...] ela deve ser parte integrante

da vida escolar. Com a ajuda da auto-organização as crianças aprendem a encontrar formas de ação conjuntas, as quais devem refletir na vida comum e no trabalho coletivo da comunidade escolar”. Para a revolucionária educadora, os estudantes devem ser instruídos a executar todos os tipos de trabalho físicos e intelectuais - agrícola, técnico, artístico, científico, artesanato, etc. Para que isso ocorra, é basilar que o labor como princípio educativo da escola, funcione como uma ponte que “[...] desenvolverá nas crianças hábitos de organização da vida, mas por outro lado, habitua-os a uma autodisciplina que se aprende não pela ordem, não pelo medo do castigo, mas pela própria essência do trabalho coletivo” (KRUPSKAYA, 2017, p.112).

Indo ao encontro desta visão, Pistrak (2013, 2018) vislumbra uma pedagogia que demandava do educando uma postura autônoma, tendo o trabalho como elemento primordial da escola, atuando “[...] de forma estreita com a questão da auto-organização das crianças (autodireção)” Pistrak (2018, p.51). Tal forma de organização se desenhava ativamente através da organização de comitês e assembleias escolares, de modo a definir coletivamente as decisões do grupo, as quais participavam estudantes, professores e a comunidade escolar. Diante da experiência na escola comuna, Pistrak (2013, p.122) compreendeu que “[...] a auto-organização dos estudantes pode aparecer e deve criar-se ao redor de determinada tarefa, próxima dos interesses das crianças, que parte da sua vida comum na escola e exija aplicação de trabalho”, isto é, deve se dá de modo articulado com a atualidade do saber. Assim, a escola deve instrumentalizar o alunado para o desenvolvimento intelectual-científico, bem como ético-cultural, para dar cabo as tais tarefas.

No ano de 2017 temos o seguimento das narrativas acerca das ocupações com os trabalhos de Pinheiro (2017), Marafon (2017), Hayashi *et al.* (2017), Severo e San Segundo (2017), Romancini e Castilho (2017) e, fechando as publicações daquele ano, Groppo *et al.* (2017). Pinheiro (2017) prosseguiu no relato da organização interna de escolas ocupadas no Rio de Janeiro, caracterizando o cotidiano das ocupações como “[...] um conjunto de atividades muito organizadas do ponto de vista político pedagógico, visando responder à pergunta inicial sobre os sentidos da escola” (PINHEIRO, 2017, p.270). O autor aborda algumas ações iniciais tomadas pelos estudantes no início das ocupações, como faxinas realizadas nos espaços abandonados. Boa parte das intervenções buscavam a criação de espaços de convivência para os estudantes, criação de oficinas e realização de rodas de discussão sobre a circunstância política do período.

Seguindo nessa descrição do cotidiano das ocupações, no relato de Marafon (2017), o discurso dos estudantes frente à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016 e à Medida Provisória (MP) 746/2016 foi concretizado com a ocupação da escola pública federal Colégio Pedro II. O autor discorre que logo nos primeiros dias da ocupação, os estudantes buscavam realizar reuniões com os responsáveis

pela escola sobre motivos, funcionamento e base jurídica da ocupação. Para o autor, os feitos realizados pelos estudantes demonstraram um conhecimento dos mesmos sobre as regras da instituição ocupada e que “sabem operacionalizar algum nível de organização no plano de consistência e composição que vinha se articulando” (MARAFON, 2017, p.19).

O trabalho de Hayashi *et al.* (2017) possui uma natureza bibliográfica e documental, trazendo em primeiro ponto uma linha do tempo das ocupações nas escolas paulistas. Traçando os caminhos percorridos pelos estudantes secundaristas, os autores ressaltam a ligação das ocupações com movimentos sociais anteriores, como o Movimento Passe Livre, ocorrido em 2013 na cidade de São Paulo, sendo um estimulador do processo de lutas estudantis de 2015 e 2016. Além disso, há uma acentuada na utilização de tecnologia digitais de comunicação como um diferencial na organização dos estudantes.

Sobre tal Movimento, Espírito Santo, Diniz e Ribeiro (2016) indicam que, no período de junho de 2013, as ruas da cidade de São Paulo foram tomadas por milhares de pessoas participantes dos atos do Movimento Passe Livre (MPL), que tem como uma das suas propostas a adoção da tarifa gratuita no transporte público. Os atos de protesto tinham como objetivo manifestar seu descontentamento contra o aumento das tarifas no transporte público no município, que iam passar de três reais para três reais e vinte centavos.

Severo e San Segundo (2017, p.89) também analisaram o tema da organização do movimento estudantil e indicaram que “a auto-organização do grupo, expresso principalmente pela preocupação com o asseio do espaço e realização contínua de atividades de ensino”, foram elementos relevantes para o alunato. No mesmo sentido, Romancini e Castilho (2017) inferiram que um contributo importante das ocupações foi a conotação de política participativa, isto é, ações nas quais indivíduos/grupos procuram exercer voz nas questões de interesse público. Para esses autores, a produção de material digital publicada em redes sociais, bem como as ações presenciais nas ocupações, deu o tom de sua ação política.

O tema da auto-organização dos estudantes também foi foco da pesquisa de Groppo *et al.* (2017), analisando que os educandos passaram a considerar o espaço educacional como o seu espaço, seja nas ocupações secundaristas ou nas universidades. A organização em comissões e assembleias, foram os elementos integrantes de sua autogestão, abrindo possibilidades para a democratização radical da instituição de ensino com base nas atividades de seu cotidiano.

Seguindo para os trabalhos publicados no ano de 2018 temos: Peçanha e Almeida (2018); Morais (2018); Rohling *et al.* (2018). No manuscrito de Peçanha e Almeida (2018) continuamos com o relato de experiência do cotidiano das ocupações com o movimento “ocupa IEPIC”, realizado em apoio aos secundaristas do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC), em Niterói - Rio de Janeiro. Com uma breve descrição do gerenciamento realizado no Instituto

pelos estudantes, os autores ressaltam que a autogestão da escola de forma horizontal, isto é, um modelo onde os alunos tornam-se protagonistas e mais independentes no ambiente escolar, como uma resistência ao modelo educacional tradicional e verticalizado.

Morais (2018) também buscou descrever a rotina e a organização dos secundaristas. Por meio de entrevista realizadas com os estudantes presentes em escolas ocupadas de Minas Gerais destacou que:

A realização de assembleias, a ausência de lideranças, a descentralização das ações em escolas diversas (separadas por regiões das cidades ou mesmo por estados), as comunicações em redes (com ideias e informações circulando em múltiplas direções), caracterizaram, de certo modo, o tom autônomo das ocupações de escolas. (MORAIS, 2018, p.181).

Com a análise de cartazes que tematizaram o movimento dos secundaristas ocorrido em 2015, Rohling *et al.* (2018) preocuparam-se em descrever o espaço escolar como um ambiente antes dominado pelo autoritarismo e conhecido por domesticar corpos e mentes, agora, vívido e heterogêneo, com grandes possibilidades de protagonismo estudantil. O movimento de ocupações das escolas acabou por transbordar, criando esferas de manifestações políticas e resistência para além do ambiente escolar (ROHLING *et al.*, 2018).

No ano de 2019, continuamos na mesma linha de narração dos autores anteriores, com os trabalhos de: Moraes *et al.* (2019); Flach e Boutin (2018); Honorato (2019a,b); Kuboyama e Cunha (2019). Moraes *et al.* (2019) analisaram a origem político-educativa que fomentou o Movimento Secundarista em 2016. Tendo bases em movimentos sociais anteriores, os estudantes buscaram agir de maneira coletiva, se apropriando não somente do espaço físico escolar, mas também de seus currículos, construindo uma aprendizagem com componentes culturais, éticos e políticos.

Por outro lado, Flach e Boutin (2019) preocuparam-se com as práticas educativas realizadas pelos estudantes durante os dias de ocupação. Em síntese, afirmam que:

Os aspectos educativos das ocupações não se limitaram à tomada de consciência dos secundaristas sobre a realidade. As ocupações, e todas as atividades desenvolvidas durante o processo, possibilitaram a organização, a autogestão e o desenvolvimento de táticas de luta dos estudantes brasileiros. (FLACH; BOUTIN, 2019, p.2013).

Honorato (2019a; 2019b) escreveu dois trabalhos acerca das ocupações ocorridas em 2015 e 2016. O primeiro conecta as dimensões artística, pedagógica e política envolvidas no movimento; já em seu segundo trabalho, há uma complementação do anterior, principalmente no que diz respeito em evidenciar os desafios políticos enfrentados pelos secundaristas durante o período de ocupação. Ambos os trabalhos apresentam uma intersecção em descrever as características da juventude auto-organizada. Para o autor, essa juventude promove “[...] a ruptura de hierarquizações tradicionais entre faixas etárias, gêneros e orientações sexuais” (HONORATO, 2019b, p.28), além de corresponder a “posição

subjetiva e agente historicossocial específicos, cujos modos de atuação cobram ou mesmo desempenham transformações da política, da educação e das artes.” (HONORATO, 2019a, p.10).

Analisando as ocupações através de uma perspectiva geográfica, relacionando com os conceitos de território e territorialidade, Kuboyama e Cunha (2019) afirmam que os secundaristas territorializaram a escola ao exercerem o seu poder dentro desse espaço e ao enfrentarem as autoridades vigentes. Os autores ainda apontam que, antes das ocupações, o ambiente escolar era dividido pelos próprios alunos por meio de seus interesses pessoais e reproduções da própria sociedade, como gênero e identidade sexual, por exemplo. Com as ocupações, os alunos se uniram por um interesse em comum - a luta pela educação - e exerceram a autogestão como cooperação em grupo, em que as decisões do movimento são tomadas pelos próprios participantes em coletividade e divisão de tarefas, produzindo seus próprios territórios na escola.

No ano de 2020, ainda tratando somente de trabalhos referentes às ocupações em instituições de educação básica, temos os relatos de: Oliveira *et al.* (2020); Tori *et al.* (2020). O papel da gestão democrática durante o período de ocupação nas escolas do Rio de Janeiro, em 2016, foi o tema do trabalho de Oliveira, Louzada e Santos (2020). Os autores descrevem-na como: “[...] processos pedagógicos de aprendizagem da democracia, pois promovem a participação da comunidade acadêmica nas discussões e nas tomadas de decisão” (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p.280).

O uso coletivo das redes sociais durante o período de ocupação das escolas de São Paulo em 2015 foi o tema do trabalho de Tori *et al.* (2020). Os autores destacam que as mídias digitais serviram como instrumento de organização para as ações dos secundaristas, propagando a informação e fortalecendo o movimento. Essa característica qualifica o Movimento das Ocupações nos chamados Novíssimos Movimentos Sociais, ou seja, movimentos que são marcados pela autonomia, horizontalidade, ação-direta e o uso acentuado das novas tecnologias da informação e comunicação, sobretudo, das redes sociais.

Por fim, no ano de 2021, apenas o trabalho de Oliveira *et al.* (2021) foi encontrado acerca do Movimento Secundarista. Os autores buscaram analisar o documentário “Acabou a paz! Isto aqui vai virar o Chile!” (2016), de Carlos Pronzato, retomaram a linha de descrição de autores anteriores, descrevendo o cotidiano dos alunos durante as ocupações. Oliveira *et al.* (2021) ressaltam que a organização e autogestão constituiu um processo de aprendizagem coletiva, visto que os estudantes desempenharam diferentes funções (porteiro, cozinheiro, representante, etc.), fazendo com que se sentissem participantes de uma coletividade ativa.

Partiremos agora para a análise das publicações referentes às ocupações em instituições de ensino superior, também seguindo por uma ordem cronológica. No ano de 2019, Aragão *et al.* (2019) foi um dos pioneiros na temática ao analisar o

contexto das ocupações dentro de Universidades do interior de Pernambuco. Em seu trabalho, é destacado que cada ocupação teve sua forma particular de conduzir suas atividades, porém se assemelhavam em alguns aspectos, principalmente no que tange ao exercício da auto-organização:

O arranjo se torna semelhante entre os movimentos por terem o apelo histórico que urge para as juventudes e reivindica a força da coletividade, por viverem dias em estreita convivência, por exercitarem a tomada de decisões, apesar da divergência de opiniões, mergulhando numa formação política de maneira ampliada, na dialogia e no dissenso com aqueles que não concordavam, ou mesmo nos desafios diários do convívio com o outro. (ARAGÃO *et al.*, 2019, p.35).

Em 2020, os trabalhos de Martins e Larchert (2020) e de Doro *et al.* (2020) finalizam a nossa pesquisa acerca das ocupações em Universidades. Martins e Larchert (2020) analisaram o papel das “minorias” de estudantes, alunos considerados “excluídos” da elite acadêmica, perante as ocupações, com a organização de assembleias, debates, além de ressaltar a importância da luta coletiva pela educação.

Doro *et al.* (2020) descreveram a dinâmica organizacional do movimento no estudo de caso do “OcupaUF”. Apesar do termo autogestão não ser recente, os autores destacam o diferencial empregado pelos estudantes ao exercerem a autogestão no movimento, com tomadas de decisões coletivas e uma organização autônoma, democrática e horizontal.

Os artigos oriundos da investigação narrativa apresentados acima, indicam a relevância do desenvolvimento da autonomia, motivação e encorajamento do trabalho pedagógico auto-organizado pelo alunado, tanto no ensino básico como superior, indo ao encontro do proposto por autores da linha de pensamento materialista histórica e dialética (KRUPSKAYA, 2017; PRACIANO; FEITOSA, 2020; PISTRAK, 2013, 2018). Certamente, o contexto em que emergiram as propostas pedagógicas soviéticas, após a revolução de outubro de 1917, é bem diferente daquele que deu origem a “Pedagogia das ocupações” em terras brasileiras. Entretanto, a centralidade de elementos educativos ligados ao trabalho na escola e de organização (uso de comissões/comitês, assembleia, entre outros), traz alguns elementos comuns, indicando, desta feita, a relevância desta conotação crítica.

3 Conclusão

A trajetória percorrida durante o processo de produção desta revisão narrativa buscou analisar as publicações em periódicos referentes à questão da auto-organização nas instituições escolares e do movimento estudantil durante o período de ocupações estudantis em 2015 e 2016. De maneira geral, os trabalhos aqui descritos demonstraram a urgência da juventude secundarista em suas reivindicações e o impacto de seu movimento dentro e fora do ambiente escolar. Uma grande parte das publicações analisadas preocuparam-se em minuciar o cotidiano dos alunos durante o período relatado com foco na descrição das atividades de autogestão realizadas.

Foi encontrada predominância de trabalhos voltados

para o contexto das ocupações dentro das instituições de educação básica, sobretudo na região sudeste do país. Há uma carência de trabalhos ligados ao Movimento Secundarista de 2015 e 2016 referindo-se às instituições de ensino superior e também dentro de instituições educacionais nas regiões Norte e Centro-Oeste. Ademais, há uma diminuição no número de trabalhos publicados no último ano, 2021, sendo os anos de 2017 e 2018 com o maior número de publicações, seis ao total em cada ano.

Os dados aqui obtidos apontaram para a relevância da juventude auto-organizada frente aos Movimentos Estudantis, sobretudo no que diz respeito à sua luta por melhorias na educação brasileira. É importante que outros autores continuem a pesquisar a respeito desse período e mostrem outras faces, mecanismos e ações realizadas dentro Movimento e os impactos provocados na sociedade e na educação atualmente.

Com o presente apanhado sobre as publicações acerca das ocupações estudantis e sua relevância pedagógica, política e social, esperamos ter colaborado para um panorama da temática, proporcionando uma visão geral e ampla sobre sua literatura, possibilitando que pesquisadores na temática possam se valer dessas informações. Neste sentido, os resultados indicam que se torna necessário o desenvolvimento de novas investigações que aprofundem a temática, e que ressaltem suas implicações dentro do contexto atual da educação, especialmente na perspectiva do ensino superior. Por fim, espera-se que o trabalho aqui exposto tenha contribuído para a organização de um panorama mais sistêmico acerca das publicações envolvendo a temática da Primavera Estudantil.

Referências

- ALMEIDA, E.C.E.; GUIMARÃES, J.A.; ALVES, I.T.G. Dez anos do Portal de Periódicos da Capes: histórico, evolução e utilização. *Rev. Bras. Pós-Grad.*, v.7, n.13, p.218-246, 2010. doi: 10.21713/2358-2332.2010.v7.194.
- ARAGÃO, D.A.S. *et al.* Participação política juvenil: produção de sentidos no contexto de ocupações de universidades públicas. *Barbarói*, n.53, p.26-48, 2019. doi: 10.17058/barbaroi.v1i53.12878.
- BARBOSA, A. A (des)articulação do Movimento Estudantil: (décadas de 80 e 90). *Educ. Teor, Prát.*, v.1, n.1, p.5-14, 2008.
- BENEVIDES, S.C.O. *Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília - DF, sexta-feira, 23 de setembro de 2016.
- BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016. PEC do teto dos gastos públicos, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Senado Federal, Brasília - DF, 2016.
- CARBOGIM, F.C. *et al.* Active teaching model to promote critical thinking. *Rev. Bras. Enferm.*, v.72, n.1, p.293-298, 2019.

doi: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0002>

CORTI, A.P.O.; CORROCHANO, M.C.; SILVA, J.A. Ocupar e resistir: a insurreição dos estudantes paulistas. *Educ. Soc.*, v.37, n.137, p.1159-1176. doi: 10.1590/ES0101-73302016167337.

DORO, A.P.G. et al. O movimento estudantil enquanto forma organizacional de luta e resistência: o caso do “OcupaUF”. *Rev. Gestão Univer. Am. Latina-GUAL*, v.13, n.1, p.93-114, 2020. doi: 10.5007/1983-4535.2020v13n1p93.

ESPÍRITO SANTO, M.O.; DINIZ, E.H.; RIBEIRO, M.M. Movimento passe livre e as manifestações de 2013: a internet nas jornadas de junho. In: PINHO, J.A.G. *Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil: perspectivas para avanço da democracia*. Salvador: EDUFBA, 2016. p.141-167.

FLACH, S.F.; BOUTIN, A.C.D.B. Contribuições para o debate sobre as práticas educativas nas ocupações de escolas públicas. *Movim. Rev. Educ.*, n.10, p.195-218, 2019. doi: 10.22409/mov.v0i10.514.

GROPPO, L.A. et al. Ocupações no Sul de Minas: autogestão, formação política e diálogo intergeracional. *ETD*, v.19, n.1, p.141-164, 2017. doi: 10.20396/etd.v19i1.8647616.

HAYASHI, M.I.; FERREIRA JUNIOR, A.; HAYASHI, M.C.P.I. Atuação e resistência dos estudantes secundaristas nas ocupações das escolas públicas paulistas. *Argum. Pró-Educ.*, v.2, n.4, 2017. doi: 10.24280/ape.v2i4.159.

HONORATO, C. Arte e pedagogia das ocupações: emergências da juventude auto-organizada. *Rev. Educ. Artes Inclusão*, v.15, n.4, p.8-35, 2019. doi: 0.5965/1984317815042019008.

HONORATO, C. Política das ocupações: emergências da juventude auto-organizada. *Temporal*, v.2, n.3, p.26-35, 2019.

KUBOYAMA, R.; CUNHA, F.C.A. A escola é nossa!: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016. *Rev. NERA*, v.22, n.49, p.31-58, 2019. doi: 10.47946/rnera.v0i49.5996.

KRUPSKAYA, N. K. *A construção da pedagogia socialista*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MARAFON, G. Recusa à judicialização e ao projeto de lei “Escola sem Partido”: análises a partir das ocupações estudantis. *Sisyphus J. Educ.*, v.5, n.1, p.9-30, 2017. doi: <https://doi.org/10.25749/sis.10478>.

MARCELO, R.M.; ESPINDOLA, N.; RODRIGUES, A. Não é só pelo diploma: as ocupações das escolas e os processos curriculares. *Rev. e-Curriculum*, v.14, n.4, p.1358-1376, 2016.

MARTINS, V.S.; LARCHERT, J.M. As minorias nos espaços de (re) existência. *Braz. J. Develop.*, v.6, n.9, p.66533-66539, 2020. doi: 10.34117/bjdv6n9-186.

MINUCELLI, C.P.; SANTOS, J.A.S.; DOMBROWSKI, O. Ocupaparaná: as ocupações das escolas públicas paranaense em outubro de 2016. *Temáticas*, v.24, n.47/48, p.248-273, 2016. doi: 10.20396/tematicas.v24i47/48.11123.

MIORANDO, B.S.; LEITE, D. Dimensões do engajamento estudantil para o contexto brasileiro: a emergência política da participação para a inovação pedagógica na Educação Superior. *Educ. Escrito*, v.9, n.2, p.170-187, 2018. doi: 10.15448/2179-8435.2018.2.31563

MORAIS, S. P. Autonomia e experiências sociais: ocupações de escolas públicas na cidade de Uberlândia/MG (2016). *Projeto História*, v.63, p.175-204, 2018. doi: 10.23925/2176-2767.2018v63p175-204.

MORAIS, S.P.; DE SORDI, D.N.; FÁVERO, D.G. Ocupação e contra ocupação de escolas públicas: o caráter político-educativo da mobilização coletiva. *Rev. Trab. Necessário*, v.17, n.33, p.138-161, 2019. doi: 10.22409/tn.17i33.p29372.

MUGNAINI, R.; STREHL, L. Recuperação e impacto da produção científica na era google: uma análise comparativa entre o google acadêmico e a web of science. *Encontros Bibli*, v.13, n.1, p.92-105, 2008. doi: 10.5007/1518-2924.2008v13nesp1p92.

OLIVEIRA, R.B.C.; BREDER, D.; FONSECA, M.J.S. Acabou a paz! Isto aqui vai virar o Chile!: Percursos pedagógicos e resistência nas ocupações estudantis. *Rev.-Curriculum*, v.19, n.1, p.323-347, 2021. doi: 10.23925/1809-3876.2021v19i1p323-347.

OLIVEIRA, R.B.C.; LOUZADA, V.C.R.; SANTOS, P.D.J.T. Gestão democrática da educação, participação política e eleição de diretores: uma análise a partir da experiência das ocupações de escolas no Rio de Janeiro. *Rev. Bras. Pol. Adm. Educ.*, v.36, n.1, p.272-292, 2020. doi: 10.21573/vol36n12020.99720.

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. *Os frutos da primavera secundarista*. 2017. Disponível em: <https://ubes.org.br/2017/os-frutos-da-primavera-secundarista/> PACKER, A.L. The SciELO open access: a gold way from the south. *Can. J. Higher Educ.*, v.39, n.3, p.111-126, 2009. doi: 10.47678/cjhe.v39i3.479.

PEÇANHA, V.L.; ALMEIDA, M. Fazendo Pedagogia da Autonomia com a Ocupa IEPIC. *Rev. Perspec. Soc.*, n.21, p.69-80. 2018. doi: 10.33025/rps.v1i21.1744.

PINHEIRO, D. Escolas ocupadas no Rio de Janeiro em 2016: motivações e cotidiano. *Rev. Iluminuras*, v.18, n.44, p.265-283, 2017. doi: 10.22456/1984-1191.75746.

PIOLLI, E.; PEREIRA, L.; MESKO, A.S.R. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. *Crítica Educ.*, v.2, n.1, p.21-35, 2016. doi: 10.22476/revcted.v2i1.71.

PISTRAK, M.M. *A escola-comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PISTRAK, M.M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PRACIANO, J.B.A.; FEITOSA, R.A. Auto-organização da escola do trabalho em Krupskaya e Pistrak: análise inicial sobre a autogestão estudantil a partir da experiência pedagógica soviética. *Germinal*, v.12, n.1, p.244-259, 2020. doi: 10.9771/gmed.v12i1.36838.

ROHLING, N.; REMENCHE, M.L.R.; BORTOLOTTI, N. Mídias sociais digitais e narrativas de resistência no espaço escolar. *Ling. (Dis)curso*, v.18, n.2, p.413-429, 2018. doi: 10.1590/1982-4017-180209-14217.

ROMANCINI, R.; CASTILHO, F. Como ocupar uma escola? Pesquisa na internet!: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil. *Intercom*, v.40, n.2, p.93-110, 2017. doi: 10.1590/1809-5844201726.

ROTHER, E.T. Systematic literature review X narrative review. *Acta Paul. Enferm.*, v.20, n.2, p.vii-viii, 2007. doi: 10.1590/S0103-21002007000200001

SEVERO, R.G.; SEGUNDO, M.A.C.S. Ocupatodors: socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no Rio Grande do Sul. *ETD*, v.19, n.1, p.73-98, 2017. doi: 10.5007/2175-8042.2016v28n49p6.

SILVA, M.R.; PIRES, G.L.; PEREIRA, R.S. Da perfeição perversa da antipolítica de fora Temer à resistência ativa da ocupação das escolas pelos jovens da Primavera Secundarista. *Motrivivência*, v.28, n.49, p.6-14, 2016. doi: 10.5007/2175-8042.2016v28n49p6.

TORI, L.A.; HOMMA, L.H.G.; FIACADORI, G. Coletivos e o uso das redes: o caso das ocupações das escolas de São Paulo em 2015. *Simbiótica*, v.7, n.3, p.98-134, 2020. doi: 10.47456/simbitica.v7i3.33697.